

Síntese

Cidades para os Cidadãos

MELHORANDO A GOVERNANÇA METROPOLITANA

Overview

Cities for Citizens

IMPROVING METROPOLITAN GOVERNANCE

**As Sínteses constituem-se em excertos de publicações da OCDE.
Elas são disponíveis livremente na biblioteca On-line (www.oecd.org).**

Esta Síntese não é uma tradução oficial da OCDE.



ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Resumo Executivo

Introdução

Os temas de governança pública assumiram uma nova importância e visibilidade tanto em países membros da OCDE como em países não membros, devido às pressões exercidas pela globalização econômica e mudança tecnológica. As pressões são também geradas pelo aumento populacional em países emergentes, pelo crescente tamanho e número de regiões metropolitanas, pelo envelhecimento populacional, por problemas ambientais e pela transição para um conhecimento baseado na sociedade da economia e da informação.

Neste contexto, o termo “governo” não é mais apropriado para descrever a maneira que as populações e os territórios são organizados e administrados em um mundo onde a participação dos negócios e da sociedade civil é a norma cada vez mais crescente. O termo “governança” melhor define o processo pelo qual os cidadãos resolvem coletivamente seus problemas e satisfazem as necessidades da sociedade, usando o “governo” como um instrumento.

A descentralização, desconcentração, devolução e privatização estão forçando uma reavaliação dos papéis do governo nos níveis nacional, regional e local. Estão sendo introduzidas formas inovadoras de governança, baseadas em novas alianças espaciais e parcerias entre: o governo central, as autoridades públicas regionais, o setor privado e a sociedade civil. Estas reformas, que incluem novos ordenamentos de política para o desenvolvimento territorial, são projetadas para aumentar a capacidade de governança pública. Em adição às reformas em andamento na área da OCDE, os países membros necessitam de intensificar o diálogo com os países em desenvolvimento para apoiar a emergência de sistemas de governança que apoiem o desenvolvimento econômico e social sustentável, a democracia e a estabilidade política.

Por que a governança metropolitana é importante?

Na medida em que a globalização progride, as regiões urbanas estão emergindo como atores chave na economia global, fazendo uma contribuição importante para as economias nacionais. A busca de competitividade em regiões urbanas tornou-se um grande objetivo de política local e nacional. Entretanto, embora a globalização e a mudança tecnológica tenham o potencial de acelerar o bem-estar material, elas podem também exacerbar as disparidades sócio-econômicas entre regiões e aumentar o risco de exclusão social dentro delas. Isso coloca uma grande ameaça para a coesão social nas áreas metropolitanas. O

capital social que levou décadas, ou até mesmo séculos, para ser construído, corre o risco de ser enfraquecido.

A competitividade e a habitabilidade estão sendo cada vez mais vistas como dois lados da mesma moeda. Para serem bons lugares para morar, as cidades necessitam ser competitivas; a qualidade de vida de uma cidade é um fator chave de competitividade. A reconciliação de políticas dirigidas ao posicionamento da área metropolitana no tabuleiro de xadrez internacional, respeitando ao mesmo tempo os objetivos e interesses do eleitorado local, é um grande desafio para os líderes das cidades. A habilidade para enfrentar este desafio dependerá da capacidade de reforço da governança das autoridades metropolitanas.

As estruturas de governança atualmente disponíveis nas áreas metropolitanas de muitos países membros da OCDE são, entretanto, ultrapassadas e não bem adaptadas para as tarefas que elas enfrentam. Tais estruturas freqüentemente são apoiadas em ambientes de políticas insatisfatórios, que não conduzem à solução dos maiores problemas que afetam as áreas urbanas tais como o crescimento urbano desordenado, congestionamentos, reconstrução de velhos distritos industriais e poluição ambiental, que afetam a qualidade de vida e as oportunidades econômicas de toda uma região. O progresso na melhoria da governança de áreas metropolitanas tem sido lento, devido às diferenças enraizadas de opinião sobre a natureza e extensão das reformas institucionais e financeiras necessárias. Os três principais obstáculos para uma melhor governança são: fragmentação das jurisdições administrativas que resulta em uma falta de correspondência entre os territórios administrativos e funcionais; sobrecarga na habilidade fiscal e financeira das autoridades locais em áreas metropolitanas; e falta de processos decisórios transparentes e sujeitos ao dever de prestações de contas.

Não existe um modelo ideal único para a governança metropolitana. A estrutura de governança de cada grande cidade deve ser talhada para sua situação e contexto nacionais específicos. O desafio é a produção de formas apropriadas de governança que otimizam o potencial de uma dada região urbana. Estas devem ser suficientemente flexíveis para adaptar-se a rápidas mudanças sociais e econômicas. A análise e troca de informações, nacionalmente e internacionalmente, podem clarear o debate de políticas de governança metropolitana e assistir os países da OCDE e países não-membros interessados, no desenvolvimento de um ordenamento de políticas melhor projetado para seus contextos nacionais e locais. Foram identificados alguns princípios gerais de boa governança. Quanto mais cedo os países decidirem enfrentar a tarefa de promover a governança metropolitana de uma forma organizada ao invés de ser feita por partes, maiores serão as chances de sucesso. Os Princípios de Governança Metropolitana da OCDE (ver abaixo) foram desenvolvidos para assistir os países nessa tarefa. Além dos princípios, o relatório também desenvolve diretrizes de políticas dirigidos aos diferentes níveis de governo.

Pode ser mudada a cultura da governança?

A melhoria da governança em áreas metropolitanas não é apenas a reforma e financiamento das instituições. É também uma mudança de atitudes e da cultura da governança. As formas de governança mais “inclusivas” e participativas estão substituindo os sistemas tradicionais “de cima para baixo” e de estabelecimento de normas. O atingimento da mudança na cultura da governança requer a abertura do processo de novos atores ou “partes interessadas” que possuem uma preocupação legítima sobre seu papel e “lugar” na área urbana. Os atores no processo de governança compreendem agora uma população

socialmente e culturalmente mais diversa, um setor empresarial, associações, e todos os níveis de administração pública intervenientes na área urbana.

Nesta situação ação aparentemente mais complexa, existe a pressão para a tomada de decisão se tornar mais transparente e sujeita à prestação de contas. As seguintes diretrizes de políticas estão sendo agora perseguidas para facilitar a mudança cultural e a melhoria do ordenamento de políticas nas áreas urbanas:

- introdução de governos metropolitanos mais “legítimos” e com o compromisso de prestar contas, através de prefeitos e conselhos eleitos com voto direto;
- desenvolvimento de habilidades de liderança entre as elites políticas locais;
- modernização dos procedimentos de votação;
- encorajamento de novas formas de participação e introdução de tomadas de decisão mais transparentes que envolvam os cidadãos mais intensamente e forneçam a eles informação quantitativa e qualitativa suficiente;
- uso de parcerias envolvendo uma abordagem integrada multi-setorial (pública - pública e pública - privada) para alcançar os resultados desejados (por exemplo, formas mais sustentáveis de desenvolvimento urbano, recuperação de áreas degradadas ou contaminadas)

Em um mundo de crescentes incertezas e laços sociais mais soltos, o fortalecimento da cultura da governança metropolitana pode ser instrumental na criação de um “sentimento de pertencer” em uma área metropolitana e na formação e uma nova identidade coletiva. Para o seu sucesso será crucial a habilidade do governo de adaptar, usar e promover o uso de novas tecnologias de maneira a beneficiar a sociedade como um todo e não apenas a elites “super-ligadas”.

Melhor governança para cidades mais competitivas e habitáveis

A obtenção da mistura certa entre políticas que favorecem a competitividade e aquelas que apóiam a coesão social e habitabilidade, é um grande dilema para os líderes de áreas metropolitanas. As autoridades eleitas necessitam de alcançar um equilíbrio delicado entre o desenvolvimento e redistribuição entre objetivos internacionais e aspirações locais.

Em virtude de apenas as forças de mercado não poderem assegurar a integração das preocupações ambientais, sociais e econômicas, é importante para uma região urbana a sua habilidade para alcançar um consenso sobre seus arranjos de governança. As recentes tentativas para melhorar a governança e para adotar uma abordagem mais estratégica para o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável das cidades, estão levando ao aparecimento daquilo que é chamado de “cidade empreendedora”. Esta se constitui em uma cidade pró-ativa que almeja a mobilização dos recursos sociais, políticos e econômicos em um ordenamento institucional coerente para desenvolver (e sustentar apoio permanente) uma estratégia clara de desenvolvimento econômico e social.

As seguintes características servem como uma referência pela qual as regiões urbanas podem medir o seu desempenho. As cidades empreendedoras tendem a possuir algo mais do seguinte:

- diversidade econômica nos setores da indústria e de serviços, preferivelmente com um alto valor adicionado e em setores de exportação ou substituição de importações;

- uma oferta de capital humano qualificado. As cidades bem-sucedidas e regiões deverão dispor de pessoas que operem efetivamente em indústrias baseadas no conhecimento e na informação.
- as redes institucionais apropriadas. As cidades competitivas e regiões necessitam de uma gama de nexos entre instituições de educação superior, instituições de pesquisa, indústria privada e governo para explorar o capital intelectual de pessoas especializadas;
- o ambiente certo. As cidades são para morar bem como para trabalhar. As cidades competitivas necessitam de condições econômicas, sociais, ambientais e culturais, que atrairão e reterão uma força de trabalho potencialmente móvel. Isto significa claramente o ambiente físico apropriado. Mas também significa um ambiente cultural apropriado bem como um adequado ambiente econômico e social. A prosperidade econômica não pode ser sustentada em um mar de desigualdades. A coesão social e a competitividade econômica são sustentáveis concomitantemente, sendo de maneira alguma mutuamente exclusivas;
- boas comunicações. Em parte isto significa comunicação física, como estradas, aeroportos, ligações ferroviárias e comunicação eletrônica. Mas comunicação é também um processo cultural, uma questão de atitude. As cidades empreendedoras e regiões necessitam de uma política externa e uma estratégia internacional. Elas necessitam de determinar quais mercados maiores elas atuarão. Isto enfatiza a importância de uma rede internacional;
- a capacidade institucional para mobilizar no longo prazo o público e os recursos privados e comunitários para produzir estratégias econômicas e sociais consensuais. O processo é quase tão importante como o produto para uma cidade ou região empreendedora.

Este relatório explora a contribuição dos seguintes fatores para a competitividade e habitabilidade de áreas metropolitanas:

- governos mais fortes de áreas metropolitanas;
- coordenação aperfeiçoada e integração de políticas setoriais nas áreas metropolitanas;
- parcerias baseadas em áreas;
- cenários, indicadores, monitoramento e avaliação;
- governança e planejamento estratégico para apoiar a organização de tarefas em grupos e a inovação;
- governança e planejamento estratégico para apoiar um desenvolvimento urbano mais sustentável;
- novas tecnologias / a cidade da informação;
- melhor orientação da agenda de pesquisas urbanas.

Quais são os desafios financeiros que as cidades enfrentam?

Embora os relacionamentos institucionais e financeiros / administrativos subjacentes das áreas metropolitanas não sejam a única causa dos problemas atuais, eles contribuem de forma importante para tais problemas. Os governos centrais necessitam considerar como os incentivos podem ser embutidos nos relacionamentos financeiros e administrativos para melhor explorar as oportunidades nas áreas urbanas.

As áreas metropolitanas se deparam com quatro problemas financeiros e fiscais. Elas devem se ajustar à descentralização e federalismo fiscal; aumentar a autonomia local juntamente com disparidades fiscais dentro de áreas metropolitanas; melhorar seus acessos ao capital para investimento; e integrar o setor privado como um parceiro do investimento e provedor de serviços.

A despeito das dificuldades de comparação das várias estruturas nos países da OCDE, pode-se visualizar uma tendência para a consolidação financeira das autoridades metropolitanas, levando aos governos a:

- reforçar os recursos próprios das autoridades metropolitanas;
- reduzir a forte dependência de transferências e doações dos governos centrais e dos orçamentos dos municípios que compõem;
- capturar o valor adicionado (contribuições de melhoria, taxas de impacto favoráveis, etc.) quando as autoridades estiverem encarregadas do planejamento urbano e de uso da terra;
- melhorar o acesso das autoridades metropolitanas aos mercados de capitais para enfrentar o investimento insuficiente;
- transferir parte do financiamento e operação das infraestruturas e serviços públicos (quando estes estiverem sob a responsabilidade da autoridade metropolitana) para o setor privado.

O tema de qual seria o nível territorial mais apropriado para implementar políticas ou fornecer serviços específicos, bem como quais as funções que podem ser privatizadas, é complexo e varia de país para país e de cidade para cidade. Há todo um processo de decisão sobre “quem faz o quê”, e sobre qual seria o centro das reformas nas finanças públicas urbanas e da governança urbana.

Alguns dos fatores que necessitam ser considerados:

- equalização intrametropolitana;
- estruturas financeiras e fiscais nacionais e finanças metropolitanas;
- temas de desequilíbrios fiscais verticais;
- políticas macro-econômicas e finanças públicas urbanas;
- a necessidade de uma abordagem para as finanças públicas sensíveis às necessidades urbanas; e
- o financiamento e o fornecimento de infra-estrutura e serviços urbanos, em vista da evolução dos papéis dos setores públicos e privados.

Os países membro da OCDE concentraram as suas atenções em fazer face às limitações e oportunidades dos mercados financeiros globais, reformas fiscais e descentralização. No futuro, a principal tarefa será a de identificar as distribuições ótimas de funções e financiar dentro de uma estrutura ampla, o desenvolvimento territorial sustentável.

Em vista do papel crescente do setor privado no investimento de infraestrutura em áreas urbanas, os governos têm a obrigação de procurar o *resultado econômico* mais benéfico de um investimento, enquanto os investidores privados estarão mais preocupados com o *resultado financeiro* mais benéfico. Este fato enfatiza a necessidade para os governos de desenvolverem sistemas de negociação com o setor privado, que melhor definam o que é aceitável para as comunidades e que assegurem qualidade para as cidades.

Quais as reformas institucionais necessárias?

A despeito da tendência geral para autonomia local nos países da OCDE, os governos nacionais e estaduais continuam a exercer um importante (mas em evolução) papel através de legislação nacional ou estadual. As estruturas técnicas regionais freqüentemente apóiam os órgãos metropolitanos e municipais, para o desenvolvimento de estratégias econômicas e de qualidade de vida. O relatório enfatiza a necessidade de melhorar a coordenação entre as políticas de governos nacionais (e órgãos internacionais, por exemplo, a União Européia) e as autoridades metropolitanas.

A descentralização reforçou a consciência da necessidade de melhoria da governança no nível metropolitano. Uma das questões chave para os países da OCDE é como dar uma expressão mais concreta para a descentralização, na formação de fortes governos locais, de maneira que eles possam resolver problemas de políticas públicas do mesmo modo que as grandes regiões urbanas. Os níveis mais altos do governo necessitam de explorar mais profundamente o tema específico de como estabelecer um sistema dentro do qual as áreas urbanas possam ser encarregadas de responder individualmente, de forma mais vigorosa que no passado, aos complexos problemas econômicos, ambientais e sociais que elas se deparam. Alguns governos estão se movendo nesta direção. Entretanto, em muitos países da OCDE as áreas metropolitanas ainda funcionam com uma coordenação mínima e planejamento estratégico no nível local. Existe, portanto, um grande espaço para o ajustamento e reforma dos sistemas institucionais e financeiros / fiscais nos países da OCDE.

O processo de implementação da descentralização e o princípio da subsidiariedade ao nível metropolitano no contexto da economia global nos principais governos da OCDE, dependendo de seu contexto específico, envolve:

- a introdução de legislação nacional para fortalecer estruturas governamentais para áreas urbanas em nível urbano ou regional;
- a adaptação das finanças públicas urbanas para melhor dar sustento às estruturas institucionais e responsabilidades dos diferentes níveis governamentais. Isto está acontecendo dentro do contexto geral de restrições aos gastos públicos o que força as autoridades metropolitanas e municipais a fazerem mais com menos recursos;
- a modernização do governo local para:
 - ▶ melhorar o nível e a qualidade dos serviços em toda a região metropolitana;
 - ▶ substituir estruturas hierárquicas por sistemas mais horizontais e introduzir modos mais efetivos de governança pública;
 - ▶ permitir autoridades locais de tomarem iniciativa no domínio de estratégias de desenvolvimento econômico e de trabalharem em parceria com a comunidade de negócios e demandantes de emprego;
 - ▶ introduzir maior transparência e responsabilidade no processo de tomada de decisão;
 - ▶ desenvolver melhores sistemas para o planejamento estratégico de longo prazo;
 - ▶ melhorar o acesso do público à informação e aos serviços públicos;
 - ▶ desenvolver políticas e serviços estratégicos baseados em demandas centradas nos cidadãos e através de avaliação de desempenho;

- ▶ fortalecer a democracia local através de procedimentos eletivos aperfeiçoados e aumentar o nível de identificação dos cidadãos com a área metropolitana;
- ▶ fazer pleno uso de novas tecnologias e estratégias de comunicação.

Estratégias para a área total

A tendência para a introdução de governos metropolitanos não é nova. No período 1960-80, várias tentativas foram feitas por governos centrais para constituir governos metropolitanos, principalmente para obter economias de escala e alinhar o território “funcional” mais proximamente com o território “administrativo”. Na maior parte do tempo, porém, as fusões dos municípios mostraram ser difíceis e o sucesso foi limitado. Nos anos 90 o interesse nos governos metropolitanos foi renovado. Por exemplo, nos EUA, que geralmente não favoreceu o modelo de governo metropolitano (com algumas poucas exceções), o movimento para “crescimento inteligente” criou uma onda de simpatia para um planejamento estratégico da área total em áreas metropolitanas. Desta vez, com as lições aprendidas do passado, os experimentos (tais como em Bolonha, Toronto, Cidade do México e Londres) pareciam ser mais promissores devido à melhor concepção da instituição e uma implementação mais cuidadosa. Está sendo cada vez mais aceita a necessidade de estruturas para a área total que disponham de capacidade legal e maior autoridade. Fica claro, entretanto, que um modelo de aplicação geral não é apropriado mesmo dentro de um único país.

Princípios de Governança Metropolitana

Não existe um modelo único de governança metropolitana. Fica claro que (além dos princípios gerais que permeiam qualquer sistema adequado de governo democrático – transparência, responsabilidade, acessibilidade, representatividade, constitucionalidade e proteção às liberdades fundamentais) podem também ser aplicados vários princípios para definir a adequação de sistemas de governança para regiões metropolitanas no século 21.

Cidades para os cidadãos: As cidades deverão ser desenvolvidas, não apenas para fazer face às necessidades da economia, mas também para ajudar a preencher as aspirações das pessoas para uma melhor qualidade de vida, através de medidas que possam também manter e melhorar a atratividade e habitabilidade das cidades.

Coerência em Políticas: Os objetivos dos arranjos institucionais da governança metropolitana deveriam ser adaptados e enfocados em problemas locais chave tais como o desenvolvimento econômico, moradias acessíveis, superpopulação, crescimento desordenado, segurança, qualidade ambiental, e a recuperação de áreas abandonadas, que deveriam ser abordadas simultaneamente, levando em conta as conexões e os prós e contras.

Coordenação: A governança metropolitana deverá refletir o potencial e as necessidades da região urbana como um todo. Os papéis e as responsabilidades de cada nível de governo com respeito às áreas metropolitanas, deveriam ser claramente definidos para facilitar a coerência política e a

integração intersetorial. Em virtude da fragmentação administrativa das regiões metropolitanas, a coordenação é também necessária entre autoridades das diversas jurisdições, e entre autoridades eleitas e dos vários órgãos regionais ou agências com responsabilidades funcionais ou setoriais.

Desenvolvimento endógeno: Ao invés de basear o desenvolvimento econômico principalmente através da atração de investimentos incentivados, a ênfase deveria ser em investimentos em infraestrutura e desenvolvimento humano para melhor aproveitar os recursos locais. A governança metropolitana pode ajudar a estabelecer prioridades, considerando uma abordagem coerente para o desenvolvimento, baseada nos pontos fortes e nas oportunidades da região.

Administração financeira eficiente: A governança metropolitana deveria permitir que o custo das medidas reflita os benefícios recebidos e assegure uma completa transparência, responsabilidade e monitoramento. Ela deveria também garantir que todas as partes da região urbana sejam consideradas em avaliações no nível apropriado para os custos e benefícios dos serviços públicos.

Flexibilidade: Para se adaptar de acordo com as necessidades às tendências econômicas e sociais, à inovação tecnológica e ao desenvolvimento especial, as instituições têm que ser abertas às mudanças. Uma abordagem progressista e inovadora é também indispensável para permitir a flexibilidade bem como ao planejamento estratégico bem fundamentado.

Participação: Dada a crescente diversidade e o tamanho das regiões metropolitanas, a governança deve permitir a participação da sociedade civil, dos parceiros sociais e de todos os níveis de governos envolvidos na área metropolitana. Novas tecnologias e métodos de comunicação devem encorajar e apoiar uma maior interatividade das políticas, trazendo os governos para mais perto da população.

Particularidade: À exceção dos casos onde a padronização é justificada, as políticas e instituições governamentais devem ser desenhadas para ajustar-se às circunstâncias individuais das várias partes do país e obter as medidas que sejam melhores em termos de custo-eficiência.

Coesão social: A governança metropolitana deveria promover uma integração da população, áreas não segregadas, acessibilidade e segurança, o desenvolvimento de oportunidades, e facilitar a integração de áreas urbanas desfavorecidas.

Subsidiariedade: Os serviços deverão ser fornecidos o máximo possível pelo nível local, a não ser que não exista escala suficiente para um fornecimento razoável, ou então que as transferências inter-regionais sejam importantes.

Sustentabilidade: Os objetivos econômicos, sociais e ambientais devem ser plenamente integrados e reconciliados nas políticas de desenvolvimento das áreas urbanas, refletindo os conceitos de uma cidade saudável e ecológica; no contexto de uma ampla bio-região, isto significa uma maior cooperação entre as áreas urbanas e rurais.

Sumário da versão da publicação original em Inglês

(sem anexos, lista de caixas, tabelas e gráficos)

Resumo Executivo

Introdução

Por que é importante a governança metropolitana?

Pode a cultura da governança ser mudada?

Melhor governança para cidades mais competitivas e habitáveis

Quais são os desafios financeiros encontrados pelas cidades?

Quais são as reformas institucionais necessárias?

Estratégias para a área inteira

Princípios da Governança Metropolitana

Parte I

MELHORANDO A GOVERNANÇA DE ÁREAS METROPOLITANAS

Capítulo 1. Por que é importante a governança metropolitana?

Tendências nacionais e internacionais que afetam a governança metropolitana

Temas chave na governança metropolitana

Conclusões

Capítulo 2. Pode a “cultura” da governança metropolitana ser mudada?

Para parcerias mais efetivas

De estruturas técnicas de áreas inteiras para estruturas políticas de áreas inteiras

Abordando o déficit democrático

Mudança cultural e novas tecnologias

Conclusões

Capítulo 3. Melhor governança para cidades mais competitivas e habitáveis: criando as estratégias

Alcançando o equilíbrio correto entre políticas para competitividade e políticas para coesão social e habitabilidade.

Melhor governança – A chave para resolver o dilema?

Inovações na governança e planejamento estratégico para apoiar áreas metropolitanas mais competitivas e habitáveis.

Conclusões

Capítulo 4. Quais são os desafios financeiros encontrados pelas cidades?

Temas chave de políticas
Melhorando as finanças públicas urbanas
Tendências emergentes nas finanças públicas urbanas
Conclusões

Capítulo 5. Quais as são as reformas institucionais necessárias?

Políticas de governo central e áreas metropolitanas
Melhorando a governança ao nível de área metropolitana
Reformas institucionais: teoria e prática
Conclusões

Capítulo 6. Alcançando o sucesso: diretrizes e princípios de políticas

Fundamentos
Princípios da Governança Metropolitana
Diretrizes de políticas

Referências*Parte II***ESTUDOS COMPARATIVOS****Estudo 1. Tributação e equidade em áreas metropolitanas**

Introdução
Equidade, tributação e tamanho institucional
Fiscalidade vertical e horizontal
Disparidades fiscais entre áreas metropolitanas
Estruturas tributárias locais e tendências de arrecadação nos países da OCDE: 1980-1993
Transferências intergovernamentais e princípios de equalização
Financiamento da dívida
Conclusões
Principais temas de políticas

Notas

Bibliografia

Estudo 2. Governança e desenvolvimento econômico: as regiões de Toronto, Vancouver e Montreal

Introdução
1. Contexto
2. Governança e desempenho econômico: as duas últimas décadas
3. Governança e desempenho econômico: mudanças atuais e perspectivas

Notas

Bibliografia

Parte III

Perfis de Países Selecionados

(Baseados no Levantamento de 1997 da OCDE)

Canadá

República Checa

Finlândia

Alemanha

Grécia

Hungria

Japão

Holanda

Polónia

Portugal

Suécia

Esta *Síntese* é uma tradução dos excertos de publicações originalmente publicadas pela OCDE, com o seguinte título em Inglês e Francês:

Cities for citizens – improving metropolitan governance

Mieux vivre dans la ville – le rôle de la gouvernance métropolitaine

© 2002, OECD.

As publicações são disponíveis para venda na OCDE Paris Centre: 2, rue André-Pascal, 75775 Paris Cedex 16, FRANCE e no website www.oecd.org.

As *Sínteses* são disponíveis livremente na Biblioteca Online da OCDE no website www.oecd.org.

As *Sínteses* são preparadas pela *Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate*.

e-mail: rights@oecd.org

Fax: +33 1 45 24 13 91



© OECD 2002

A reprodução desta *Síntese* é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título original.